

PODCAST DO CORREIO

O combate às fake news

Professor da Universidade Federal Fluminense e coordenador-geral da Rede Nacional de Combate à Desinformação fala sobre o papel das big techs, a regulação da internet e o desafio da educação midiática no Brasil

» RAFAELA BOMFIM*

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Em entrevista a Sibeles Negromonte e Luana Patriolino, o professor Marco Schneider sugeriu que é preciso rever o marco civil da internet



O jornalismo vive uma crise de modelo de negócios, mas sua função pública é mais essencial do que nunca. O jornalista precisa lidar com a liberdade de expressão equilibrada com a verdade e o interesse público"

Marco Schneider,
coordenador-geral Rede Nacional de Combate à Desinformação (Rncd)

Em entrevista às jornalistas Sibeles Negromonte e Luana patriolino, no Podcast do Correio, o professor Marco Schneider, coordenador-geral da Rede Nacional de Combate à Desinformação (Rncd) e pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, analisou o papel das plataforma digitais diante da circulação de informações falsas. Ele destacou que “as redes sociais transformaram a comunicação em um território sem controle, no qual interesses econômicos e políticos se misturam, afetando diretamente a qualidade do debate público”.

Criada há cerca de cinco anos pela professora Ana Regina Rêgo, da Universidade Federal do Piauí, a Rncd reúne mais de cem entidades, entre universidades, ONGs e agências de checagem. Segundo Schneider, a iniciativa surgiu em meio à pandemia, quando “a disseminação de mentiras graves sobre saúde pública expôs a urgência de articulação entre pesquisadores, jornalistas e educadores”.

Para o professor, a internet, inicialmente um espaço livre e plural, passou a ser dominada por grandes corporações cujo negócio é a publicidade digital. “As big techs descobriram que a atenção é o novo petróleo. Quanto mais engajamento, maior o lucro, e pouco importa se o conteúdo é verdadeiro ou falso”, afirmou. Ele comparou a situação a um sistema de mídia sem regras: “É como se emissoras de TV pudessem exibir qualquer coisa, a qualquer hora, desde que aumentasse a audiência. Só que no ambiente digital não há regulação.”

Schneider lembrou que o fenômeno ganhou força com a ascensão de líderes populistas e a atuação de plataformas no debate político. “O alinhamento entre empresas de tecnologia e governos autoritários é um risco para as democracias. Quando o Google colocou

um aviso em sua página dizendo que o PL das fake news ameaçava a liberdade de expressão, ele interferiu diretamente em uma votação do Congresso”, disse. Para ele, a alegação de defesa da liberdade de expressão serve, muitas vezes, para evitar regulações que poderiam reduzir lucros e influências.

Marco civil

O pesquisador defendeu a atualização do Marco Civil da Internet, de 2014, que, segundo ele, “foi um avanço histórico, mas não dá conta da realidade atual”. Schneider

pondera que as plataformas “não são apenas provedoras de conteúdo, são empresas publicitárias que controlam o fluxo informacional, definindo o que aparece no feed de cada usuário”. Por isso, acredita que o artigo 19 do Marco Civil, que isenta provedores de responsabilidade sobre o conteúdo publicado, precisa ser revisto.

Além da regulação, ele destacou a importância da educação midiática. “Não basta criar leis. É preciso ensinar desde cedo a identificar fontes confiáveis, distinguir fatos de manipulações e compreender o funcionamento dos algoritmos.

A educação midiática e informacional é prevista em lei, mas ainda não foi efetivada de forma ampla.” Ele citou iniciativas em universidades e parcerias entre tribunais eleitorais e instituições de ensino que ajudaram a conter danos nas últimas eleições.

O coordenador da RNCd afirmou que, apesar dos desafios, o Brasil é visto internacionalmente como um caso positivo na defesa da democracia. “A desinformação não venceu nas urnas. Houve mobilização das instituições, da imprensa e da sociedade civil. Essa reação impediu que o caos

informativo se transformasse em colapso democrático.”

Sobre a influência da inteligência artificial nas próximas eleições, Schneider alertou para o avanço dos deepfakes e o risco de manipulações mais sofisticadas. “A diferença é que agora as pessoas estão mais atentas. O desconfiômetro voltou a funcionar, mas ainda falta um marco regulatório que puna o uso fraudulento dessas tecnologias.”

Ao tratar da formação dos novos jornalistas, o professor ressaltou a necessidade de compromisso ético. “O jornalismo vive uma

crise de modelo de negócios, mas sua função pública é mais essencial do que nunca. O jornalista precisa lidar com a liberdade de expressão equilibrada com a verdade e o interesse público.”

Para ele, a difusão de desinformação está associada à crise de confiança e à fragilidade das instituições. “Quando a sociedade perde projetos coletivos e se fragmenta, surgem explicações simplificadoras para problemas complexos. Grupos políticos e econômicos exploram essa vulnerabilidade para manipular emoções e ganhar poder.”

Schneider concluiu que a combinação entre regulação efetiva e educação em larga escala é o caminho mais viável. “Enquanto for possível ganhar capital político e financeiro com a mentira, a resistência à regulação continuará. O desafio é fazer com que a verdade volte a ter valor no espaço público.”

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

STF

Indicação de Messias incerta no Senado

» WAL LIMA
» VANILSON OLIVEIRA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Em meio a intensas articulações políticas envolvendo a sucessão no Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva optou por viajar para a Ásia, ontem, sem indicar um sucessor para a vaga deixada por Luís Roberto Barroso, que antecipou a aposentadoria na semana passada. Como o nome precisa passar por votação no Senado, Lula embarcou deixando com os líderes da base a missão de ampliar os votos a favor do atual advogado-geral da União, Jorge Messias. Estima-se que Messias tenha,

por enquanto, cerca de 35 votos garantidos, número abaixo dos 41 necessários para aprovação. Parte da oposição cogita usar a votação como instrumento de pressão política, para que Lula opte por um nome com maior consenso na Casa, como o do ex-presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que tem no atual presidente, Davi Alcolumbre (União-AP), seu principal cabo eleitoral.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), garantiu, ontem, que o presidente Lula estaria “convicto” na indicação de Messias para substituir Barroso. “Pelo que eu sinto dele, há uma convicção formada. Entendo que ele não tenha anunciado porque

ainda faltam algumas conversas a serem feitas para azeitar as indicações. Ele deve voltar e confirmar a indicação”, afirmou Wagner, em entrevista à CNN.

Wagner comentou que Alcolumbre (União-AP), reuniu-se com Lula na segunda-feira à noite. No encontro, do qual não participou, Wagner disse supor que Alcolumbre teria defendido a indicação de Pacheco. “Não participei (da reunião), mas não tenho dúvidas de que Alcolumbre foi defender o ponto de vista dele, da indicação do ex-presidente do Senado, o nosso amigo Rodrigo Pacheco”, completou.

Lindbergh Farias (RJ), líder do PT na Câmara, ponderou que,

embora já tenha feito a escolha, Lula precisa ter certeza dos votos. “Claramente, ele [Lula] decidiu conversar mais com o Senado. Eu acho que o presidente tem habilidade suficiente para entender que, no momento em que ele envia a indicação, tem que ser um nome aprovado imediatamente pelo Senado”, disse o petista.

O líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), afirmou que o momento exige respeito institucional e cautela, independentemente do nome indicado. Segundo ele, o debate deve ir além do perfil individual dos candidatos. O parlamentar prepara um projeto de lei para discutir o modelo de escolha dos ministros do STF.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Jaques Wagner garantiu que Lula está convicto de sua escolha



ALEXANDRE GARCIA

OS NATIVOS ESTÃO À BEIRA DE UM ATAQUE DE NERVOS. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DIZ NA CARA DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE DEPUTADOS QUE "ESSE CONGRESSO NUNCA TEVE A QUALIDADE DE BAIXO NÍVEL QUE TEM AGORA". NUNCA OUVI ALGO ASSIM AQUI EM BRASÍLIA

Nativos inquietos

Há muita gente inquieta no Brasil. Mais inquieta ainda depois de concretizada a ameaça de nomear Guilherme Boulos ministro. Ninguém consegue responder como será o dia de amanhã, no país em que “até o passado é imprevisível”. Vai do rés do chão ao Supremo. Agricultores gravam, chorando, o mamão maduro que atiram ao chão, a manga madura que não vende, o arroz despejado diante do Banco do Brasil. No Supremo, se consomem copos e copos d’água para molhar a garganta em faces umedecidas de

lágrimas, com emoções que chegam a bate-boca entre Gilmar e Fux. A inquietação também se revela no Palácio do Planalto, depois de Lula ter ouvido o relato de seu ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, contando o que lhe disse Marco Rubio na reunião a sós em Washington. A reação química se desfez em fumaça e no dia seguinte ao relato de Vieira, Lula reagiu, de camisa vermelha numa plateia em São Bernardo do Campo: “nunca mais um presidente ousa falar grosso com o Brasil, porque a gente não vai

aceitar”. A química produziu espuma de raiva.

No rés do chão, a inquietação ultrapassa as lágrimas e a raiva; 25 agricultores gaúchos renunciaram à vida, desesperados pelas dívidas impagáveis do plantar e colher. No alto da torre de marfim, o ministro Barroso tampouco aguentou e desertou. Ao pé da torre de marfim, os nativos que estão inquietos talvez deversem começar se perguntando em quem votaram; outros, do alto, como o ministro Barroso, que planeja ir para um retiro fazer meditação, poderiam analisar-se sobre o que têm feito. No Supremo, os oito que já não podem entrar nos Estados Unidos, sentiram o amargor do arbítrio. Só que no visto

cancelado, é um arbítrio administrativo, da vontade legal e legítima da autoridade de um país; o que é diferente de arbítrio no Judiciário, que é inadmissível dentro do devido processo legal, em que um juiz deve ser neutro, isento; e tem que ser o juiz natural e não pode ter iniciativa de ação. A sanção veio de um país cujas leis são modelo de democracia, direitos humanos e liberdade de expressão. Aqui, temos uma Constituição com esses princípios e suficiente minuciosa para evitar interpretações que se opõem ao que está escrito. Uma Constituição para ser seguida ao pé da letra.

Na verdade, os nativos estão à beira de um ataque de nervos. O presidente da República diz na

cara do presidente da Câmara de Deputados que “esse Congresso nunca teve a qualidade de baixo nível que tem agora”. Nunca ouvi algo assim aqui em Brasília, o presidente do Executivo censurar publicamente o mais importante dos poderes, que é o Congresso dos representantes do povo. Seguindo a conduta dos presidentes do Poder Legislativo, Hugo Motta apenas ouviu, passivo e inquieto. O Legislativo ensaia reações, como aprovar urgência para o projeto de anistia, mas a urgência foi em 17 de setembro. Se fosse uma compra com entrega urgente, já estaria enquadrada na Delegacia do Consumidor.

Parece que estamos todos nos enganando, fingimos acreditar

quando recebemos deslavadas mentiras. Repetidas na mídia, declarações mentirosas ganham um verniz que lhes dá reflexo, mas nunca se transformam em verdade. Testemunhamos condenações que não se baseiam em fatos, mas em ficções. Mas, pelo menos, sabemos. Os que nos mentem talvez não queiram sequer pensar que sabemos que mentem. Mas nos enganam e vamos engolindo sapos e pagando impostos para sustentar um estado que não nos retribui com bons serviços públicos. E, ao testemunhar tudo isso, vamos ficando inquietos como eles. O resultado é um país inquieto, que tinha tudo para deitar tranquilo neste berço esplêndido.